

Consad normatiza horas administrativas: cortes atingem toda universidade

O Conselho de Administração (Consad) divulgou semana passada uma relação de como ficarão as horas administrativas no ano de 2010. A constatação da maioria das unidades é que o prejuízo é grande, pois o ato reduz sensivelmente o montante de horas destinadas ao trabalho docente.

Só para se ter uma idéia, a Faculdade de Ciências Humanas e Saúde teve seu número de horas reduzido em 140, a Faculdade de Ciências Sociais em cerca de 35, a Faculdade de Educação em 150 e a Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes ainda não havia contabilizado os prejuízos, mas algumas de suas coordenações como a de Espanhol, ficam sem nenhuma hora para desenvolver as suas atividades.

No caso das coordenações, o critério básico foi o número de alunos que cada curso possui, questionado tanto pela APROPUC, como pelas direções de faculdade que entendem que uma coordenação envolve outras tarefas que independem do número de alunos.

A direção do Museu da Cultura, por exemplo, ficou sem horas para desenvolver o seu trabalho, o que poderá acarretar em seu fechamento. Na Faculdade de Educação, o corte de horas do Departamento de Educação Física também poderá inviabilizar o projeto da área de esportes da universidade, bem como a permanência dos professores na PUC-SP.

As planilhas que foram distribuídas às faculdades misturam as horas administrativas de gestão da universidade, como a Reitoria e o Consad, com horas que são destinadas aos trabalhos de cada unidade.

A APROPUC procurou o reitor Dirceu de Mello para discutir a questão e expor as suas preocupações com a ameaça de destruição do projeto pedagógico da universidade e com as possíveis demissões que as medidas tomadas podem acarretar (veja relato do encontro na página 3). A entidade também está convocando uma assembleia para a próxima quarta-feira, 18/11, para que os professores possam se posicionar sobre o assunto, às 17h30, na sede da APROPUC.



GABRIELA MONCAU

O reitor Dirceu de Mello no comando do Consad

Revisões dos cortes serão discutidas no próximo Consad

Os pedidos de revisão dos cortes de horas administrativas serão analisados somente na próxima reunião do Consad, prevista para o dia 24/11, e que deverá se estender pelo período da tarde.

Durante o Consad da sexta-feira, 13/11, o reitor colocou a possibilidade de volta dos demitidos, caso haja dis-

posição dos departamentos em recontratá-los. Os representantes da Fundação São Paulo lembraram que a volta estará condicionada à aprovação do professor nos concursos que cada departamento fará e ainda deverá ser feito um estudo sobre as eventuais demandas jurídicas que o professor tiver contra a universidade.

ASSEMBLÉIA DOS PROFESSORES

Corte nas horas administrativas:

Mais um passo no ataque ao projeto pedagógico da universidade, com possíveis demissões

**18/11-quarta-feira,
17h30, sede da APROPUC**

EDITORIAL

O desmonte na prática

No primeiro semestre de 2006, a comunidade universitária da PUC-SP foi informada de que o Ministério Público - representado pelo Curador de Fundações, Dr. Airton Grazioli -, havia firmado um acordo com a "Presidência da Fundação São Paulo", isto é, o então cardeal de São Paulo, D. Cláudio Hummes. O acordo firmado entre as duas instituições, mais conhecido como TAC (Termo de Ajustamento de Conduta) tinha por objetivo "orientar os passos da gestão e auxiliar no corte de despesas", com o indicativo preciso de que sua duração delimitar-se-ia pelo período de seis meses.

Entre as medidas preconizadas por tal acordo (e do qual a comunidade não foi devidamente informada) estavam, entre outras exigências, "a atualização das normas estatutárias e regimentos" (o que, por sua vez, resultou na nova estrutura de administração, no novo estatuto da Universidade, bem como em seu novo regimento, e que por sua vez - gerou como consequência - os novos estatutos e os novos regimentos de todas as Faculdades que compõem a PUC-SP); além disso, o TAC também determinava que "a responsabilidade administrativa e financeira da Universidade" deveria ser a partir de então da Fundação São Paulo (o que por sua vez explica o surgimento do Consad no interior da nova estrutura aprovada pelos Conselhos deliberativos da instituição). O Ministério Público não se absteve, todavia, de exigir da Fundação São Paulo algumas contrapartidas, dentre as quais duas têm especial importância:

- 1) Que as medidas adotadas para "orientar os passos da gestão e auxiliar no corte das despesas" "respeitasse o padrão de excelência da PUC-SP";
 - 2) Que houvesse a implantação de um "sistema eficiente de informações" (tais como o de contas a pagar e o das horas trabalhadas dos, entre outros, membros e assessores da Fundação São Paulo);
- A "nova PUC de São Paulo", surgida das cinzas daquela que, talvez tenha sido a sua pior crise financeira, cujo ápice ocorreu

no final do ano de 2005 e nos primeiros meses de 2006, com a traumática e violenta demissão de centenas de seus professores e funcionários, num processo sem nenhuma transparência e ainda hoje controverso (contra o qual a APROPUC sempre se posicionou) entrou em funcionamento no segundo semestre deste ano, após muitos conflitos, muitos debates em torno do chamado "redesenho" e da reinvenção de toda sua antiga estrutura administrativa.

A principal consequência dessa nova estrutura de gestão é, sem nenhuma dúvida, a exigência de que toda a comunidade conviva não apenas com o Consad, mas também - e sobretudo - com a perda da autonomia universitária, já que - na prática - é o Consad e não mais a Reitoria (representada pelo seu Reitor democraticamente eleito), quem efetivamente administra e comanda os destinos da Universidade. Tal fato gerou (e gera!) algumas contradições que colocam em risco a excelência acadêmica da PUC-SP, e, portanto, coloca em risco a principal exigência do Ministério Público no TAC, qual seja, o respeito à reconhecida excelência de nossa Universidade, referendada, inclusive, pelo Ministério da Educação que, não por acaso, em suas avaliações institucionais, coloca a PUC-SP entre as 15 melhores Universidades do país.

O Consad tem tido uma atuação burocrática e autoritária, com o agravante que o atual Reitor, um dos seus membros com direito à voz e voto, não tem tido nas sessões de tal conselho uma atuação minimamente capaz de defender a qualidade acadêmica da Universidade (qualidade esta que não apenas notabilizou a PUC-SP, mas também a tornou uma referência entre as Universidades Católicas e privadas da América Latina). Ao que parece, o atual Reitor tem se mostrado muito mais submisso à visão burocrática dos membros da Fundação São Paulo do que parceiro de seus pares do Conselho Universitário. Esta forma de gestão dá continuidade a uma relação de subordinação da universidade em relação à FSP iniciada na gestão anterior. Questões de natureza acadêmica (ainda que com consequências financeiras) não são analisadas e

debatidas devidamente no Consun. É o caso flagrante da deliberação 05/2009 que aprovou a atribuição de horas administrativas aos docentes da Universidade. Tal deliberação foi tratada única e exclusivamente como se fosse questão administrativa e financeira, quando em verdade sua natureza é de indiscutível natureza acadêmica, pois envolve o trabalho, entre outros, dos coordenadores dos cursos de graduação e pós-graduação, dos coordenadores de estágios e projetos especiais desenvolvidos na e pela Universidade.

Decidiu-se, de modo autoritário, que alguns coordenadores de cursos de graduação, por exemplo, teriam a partir de 2010 apenas 5 horas semanais para o exercício de suas funções. Uma decisão que revela uma compreensão tacanha e equivocada da função dos coordenadores de cursos, como se aos coordenadores de cursos de graduação e pós-graduação houvesse apenas a incumbência de atender os alunos da Universidade, quando em verdade suas responsabilidades são muito maiores e muito mais complexas, pois envolvem uma série de tarefas institucionais como as de atender e responder as exigências dos membros do Ministério da Educação e da própria Universidade, já que, além dos coordenadores terem a obrigação de participar dos Conselhos das Faculdades (como já ocorria na antiga estrutura administrativa da PUC-SP), os mesmos ainda têm a obrigação de participar das Câmaras de Graduação e de Pós-Graduação (criados com o redesenho que formou a "nova PUC" ora em curso). Em outros termos, aumentou-se o trabalho de tais profissionais, ao mesmo tempo em que se propõe a diminuição das horas para exercer essas funções. Soma-se a tudo isso o fato que a Fundação São Paulo e o Consad até o presente momento não materializaram a segunda exigência do Ministério Público acordada no TAC, pois não existe em nossa Universidade "um sistema eficiente de informações", omitindo-se quando lhes convém.

A comunidade universitária nem sequer foi informada, por exemplo, a respeito dos critérios

para a contratação da empresa RM, responsável pela tecnologia do portal acadêmico, bem como dos custos de tal contratação. Não houve licitação para concorrência pública, não houve consulta dos professores, os principais atingidos pela implementação de tal tecnologia (que tem se mostrado bastante ineficiente). Tudo decidido entre quatro paredes, na surdina, sem nenhuma transparência, sem nenhuma participação dos conselhos deliberativos da Universidade, como se fosse uma questão de natureza privada, quando - em verdade - se trata de uma questão de natureza pública.

É preciso que a comunidade universitária reaja, a começar pelo próprio Reitor que foi escolhido com ampla maioria de votos da comunidade para que a representasse de modo devido, inclusive no Consad. A continuar como está, o reitor Dirceu de Mello, a despeito de suas indiscutíveis qualidades de professor e jurista, corre o risco de passar para a história como o reitor que deu continuidade à omissão diante do desmonte da qualidade acadêmica da PUC-SP, como o reitor que continua conivente e cúmplice de uma visão burocrática que, até o presente momento, tem se mostrado pouco eficiente e capaz de solucionar os problemas de fundo da principal universidade privada do estado de São Paulo, já que todas as medidas "emergenciais" tomadas com os auspícios da Fundação São Paulo, ao contrário de apaziguar os problemas financeiros da PUC-SP, até os agravaram, ao contrário do prometido e do esperado.

Esta tendência tem confirmado nossa análise de que se trata de mais um passo em direção ao desmonte do projeto desta universidade, construído ao longo de décadas. Trata-se de mais um conjunto de ações que aprofundam o caminho da mercantilização do ensino na PUC-SP.

Diante desse quadro, é a organização e mobilização dos professores que poderá resistir a essa situação dramática em que nos encontramos.

Diretoria da APROPUC

A API
com o rei
llo na qu
para exp
ções com
administ
sidade. E
a diretor
questão
corte na
tivas em
dagógic
abilizar
co da u
A p
de, pro
des,
APRO
semest
gação
sua su
pois t
do fos
sencia
No
vez, e
Cons
que p
discu
Cepe
gãos
trazo
à un
Po
se c

PUC EM MOVIMENTO

APROPUC questiona reitor sobre corte das horas administrativas

A APROPUC reuniu-se com o reitor Dirceu de Mello na quinta-feira, 12/11, para expor suas preocupações com o corte de horas administrativas da universidade. Em primeiro lugar a diretoria da entidade fez questão de salientar que o corte nas horas administrativas envolve questões pedagógicas que podem inviabilizar o projeto acadêmico da universidade.

A presidente da entidade, professora Bia Abramides, lembrou que a APROPUC, no início do semestre, defendeu a revogação do Ato nº 3 e não a sua suspensão temporária, pois temia que o resultado fosse este que hoje presenciemos.

No entanto, mais uma vez, com uma canetada, o Consad decide questões que pertencem às esferas de discussão do Consun e do Cepe, sem consultar os órgãos colegiados, podendo trazer um enorme prejuízo à universidade.

POSIÇÃO DO REITOR

O professor Dirceu disse que, pelo novo estatuto,

as questões que envolvem procedimentos administrativos precisam passar pelo Consad, mas que as pessoas que se sentirem atingidas devem solicitar uma revisão dos cortes que as prejudicarem.

A professora Priscilla Cornalbas lembrou que a discussão não pode ser restrita a aspectos individuais, e que a entidade sempre foi contra soluções pontuais e pragmáticas, defendendo que as questões devem ser discutidas em seus fóruns mais amplos, com critérios acadêmicos/pedagógicos, universais para toda a PUC-SP.

Nesse sentido, o rebaiamento das horas administrativas fere a democracia universitária. Para os diretores da entidade, a PUC-SP não pode perder a referência que teve, até hoje, como universidade que preserva condições de ensino e trabalho. "Precisamos chamar a todos para a defesa daquilo que historicamente foi construído com muita luta", conclui a professora Bia.

Outro problema sério da medida é que sua apli-

cação está prevista para o dia 1º de janeiro, quando os docentes ainda estão em período de férias, não podendo assim ter seu contrato modificado.

Diversas unidades estão se posicionando redigindo documento ao Consad e à Reitoria, protestando contra os cortes ou esclarecendo sobre a necessidade de manutenção das horas administrativas em suas unidades

OUTRAS REIVINDICAÇÕES

A diretoria da entidade aproveitou a oportunidade para solicitar outros encaminhamentos que ainda não obtiveram resposta definitiva tanto do reitor, como da Fundação São Paulo. As tabelas salariais

que antes eram publicadas pela universidade hoje são negadas à entidade, que já vem solicitando-a sistematicamente aos diversos órgãos da PUC-SP.

Outro problema levantado é o referente ao período de férias dos docentes que, pelo acordo interno, deve ter 30 dias úteis. No calendário da universidade, porém, foram computados dias como 24, 26 e 31/12 e 02/01, datas em que a universidade estará fechada.

A APROPUC lembrou também ao professor Dirceu sobre a recontração dos demitidos. O reitor reafirmou sua vontade de recontratar tais professores, solicitando que os diretores de faculdade façam suas manifestações à Reitoria com referência à reinclusão dos demitidos nos quadros da universidade.

Corte atinge até as horas da APROPUC

A APROPUC tem em seu acordo interno a cláusula 36, que dispõe sobre as horas para a atividade sindical de sua diretoria. Recebe por estas atividades 40 horas semanais. Esta cláusula prevê: "A remuneração e os encargos referentes às horas utilizadas pelos diretores da APROPUC, serão reembolsados à Fundasp pela APROPUC, mensalmente, na forma de desconto sobre a arre-

cação na contribuição dos associados".

Na revisão das horas administrativas estas horas não somente foram apontadas, como também foram cortadas, ferindo-se assim a cláusula 36 do acordo coletivo de trabalho. Nesse sentido, está incorreto apontar no quadro das horas administrativas das unidades as horas referentes ao trabalho sindical da APROPUC.

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Atapuc: Rua Cardoso de Almeida 990 - Sala CA 02 - Fone: 3670-8208.

PUCViva: 3670-8004 - **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br - **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Victor Sousa, Caio R. Zinet e Marina D'Aquino

Fotografia: Gabriela Moncau

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Telixeira, Priscilla Cornalbas, Willis S. Guerra e Victoria C. Weischorft

Seguranças denunciam más condições de trabalho

O *PUCviva* recebeu denúncias anônimas de seguranças da empresa Graber sobre as condições de trabalho a que estão submetidos. Segundo os seguranças, a empresa está alterando o regime de trabalho, onde o funcionário permanecerá durante 12 horas seguidas no local de trabalho e descansará 36 horas. Pelo que consta no documento entregue à redação, "nós seguranças da Graber estamos cansados de sermos lesados pela empresa".

A redação do jornal procurou o sindicato da categoria, que afirmou que a legislação atual permite que esse tipo de jornada seja aplicado, "desde que acordada entre as partes e que o valor não supere às 191 horas permitidas para os trabalhadores", disse Antonio Amorim, suplente de diretor do Sindicato.

Apesar do Sindicato não ter recebido nenhuma reclamação de funcionários da PUC é comum que a entidade seja procurada por seguranças relatando o não cumprimento de direitos trabalhistas por parte das empresas terceirizadas. "Muitos funcionários estão falando principalmente do não pagamento de horas extras" afirma Amorim. Ainda sobre as condições de trabalho é comum ver seguranças trabalhando até 12 horas em pé. Um segurança que estava ao lado da copa da Reitoria, por exemplo, tomou uma advertência por tomar um café. A empresa Graber foi procurada pela redação,

mas não respondeu.

TERCEIRIZADAS

A empresa Graber está na PUC desde 2005, quando foram contratados para substituir a antiga segurança comunitária. Desde então a segurança assumiu um caráter punitivo contra professores, estudantes e funcionários. Além disso, a empresa promove medidas que dificultam a interação do segurança na vida universitária com o rodízio praticamente diário dos funcionários nos postos. Dificultando o vínculo com os colegas e com o local de trabalho.

Também é comum casos de transferência para outros locais onde a empresa presta atendimento, isso quando não ocorre demissão em massa. A terceirização impede que os seguranças lutem pelos seus direitos e, quando o fazem, são imediatamente demitidos.

Na PUC, hoje, diversos serviços são terceirizados, tais como segurança, limpeza e até mesmo a fiscalização da qualidade da comida servida nos refeitórios da universidade.

O jornal *PUCviva* recebe constantes reclamações destes funcionários sobre as condições de trabalho. Somente esse ano recebemos três cartas de funcionários da Higilimp e uma dos seguranças da Graber, o que evidencia que trabalhadores terceirizados têm muitos de seus direitos desrespeitados e têm carga de trabalho excessiva dentro da universidade.

Após derrota judicial, Fundação volta a ameaçar estudantes

Mais uma vez a Fundação São Paulo recorre a ameaças judiciais contra os estudantes. Desta vez enviou telegrama para quatro estudantes cobrando a conta da franquia do seguro, acionada devido aos supostos danos causados a Reitoria durante a ocupação de 2007. O valor cobrado é de R\$2992,02. No telegrama os quatro estudantes são chamados a comparecer no prédio da Fundasp para quitar o débito, em caso de não pagamento ou de não comparecimento ela se sentia no direito de "adotar medida judicial pertinente".

Embora mais de 1000 pessoas tenham ocupado a Reitoria, foram escolhidos quatro destes para servir como exemplo, criminalizando alguns para intimidar o restante dos alunos. Ao todo foram quatro processos contra as mesmas pessoas. O processo criminal foi arquivado, a Fundação recorreu, mas o recurso não foi aceito.

Outro processo foi o administrativo, que passando por cima de decisões judiciais que inocentavam os estudantes, os puniu com três dias de suspensão, acrescentando a punição no registro do histórico escolar. Outro processo foi o de reintegração de posse da Reitoria. Em meio a tantos processos, até um trabalhador da segurança de-

nunciou que havia sido obrigado a forjar provas falsas, com intuito de incriminar os estudantes por agressão. Mesmo com a denúncia e várias irregularidades nos processos, a universidade insiste em buscar culpados.

Tais atitudes demonstram como a liberdade e democracia fazem parte do passado da PUC-SP. Um dos estudantes processados - que preferiu não se identificar - sintetizou que "antes mesmo de abrir este novo processo, a PUC já pode ser considerada derrotada, seja pela inocência dos estudantes já comprovada na justiça, seja pela história democrática da universidade, mais uma vez condenada".

CRIMINALIZAÇÃO

Além disso, recentemente a Reitoria da PUC-SP forneceu todos os dados de um estudante do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, como suposto responsável pelo CA, o aluno foi intimado a depor na justiça sobre o uso de drogas no espaço do Centro Acadêmico. Ainda não foi aberto nenhum processo contra ele, mas fica claro a lógica punitiva dos dirigentes da universidade, Fundação e Reitoria, de punir estudantes para servir de exemplo para os demais que queiram fazer movimento.

Uma d
entra con
para cassa
paganda c
dora do es
deração a
gaúcha. N
tar os m
ções e est
cesso públ
brir" qua
vos" da a
pouco p
to de ab
invasão r
acusação
governac
o confis
rial de p
mentos.
de com
reuniões
ção An
As p
tas, des
não ign
comple
o legal
tanto r
locam
beral, c
das tã
nistas.
ação p
politic
revolu
isso, c
pre fo
les po
penal
anarq
já no
pond
verna
car a
com
tando
tre a
za d
prát

FALA COMUNIDADE

Sobre saques policiais, assassinatos e liberdade

NU-SOL

Uma diligência policial entra com um mandado para cassar papéis de propaganda contra a governadora do estado em uma federação anarcosindicalista gaúcha. Não cabe perguntar os motivos, as intenções e estabelecer um processo público para "descobrir" quais os "reais motivos" da ação policial. Também pouco perguntar o quanto de abuso existe numa invasão motivada por uma acusação de injúria a tal governadora e que facilita o confisco de todo material de propaganda, documentos, arquivos, CPUs de computador e atas de reuniões da FAG (Federação Anarquista Gaúcha).

As práticas anarquistas, desde sua emergência, não ignoram a relação de complementaridade entre o legal e o ilegal. No entanto não somente se colocam fora desse dilema liberal, como não partilham das táticas marxistas-leninistas, que combinam ação política legal e ação política ilegal, em nome da revolução. Também, por isso, os anarquistas sempre foram alvo dos controles policiais e do sistema penal em seu conjunto. Os anarquistas não vacilaram, já no século 19, em responder às investidas governamentais em identificar as suas ações políticas com a delinquência, apontando a relação direta entre a propriedade e a riqueza dos burgueses com a prática do roubo, funda-

das em uma delinquência tolerada. A propriedade é um roubo! Assim se construiu historicamente o que se chama de crime sob a governamentalidade liberal e reproduzida no século XX pelos governos socialistas, para cassar potências de liberdade identificadas como inimigos.

Hoje, quando a polícia invade qualquer casa, associação ou grupo com respaldo da lei e faz disso mote para intimidar e conter a ação de um grupo ou associação, apenas reitera esse dispositivo policial, que na democracia contemporânea ativa um dispositivo de exceção, fazendo a lei funcionar, como deve ser, em favor de quem governa. Identificar isso como repressão policial ou abuso de autoridade é se manter no campo do que é legal ou ilegal dentro da democracia, correndo o risco de ser tragado, como ocorreu e ocorre com certos anarquistas, na busca do justo e do verdadeiro em nome do povo, dos oprimidos e dos explorados. Quem governa, também o faz em nome do povo!

Invasões como estas que ocorreram no Rio Grande do Sul, nos alertam para os limites da tolerância liberal no interior de uma democracia representativa e participativa, onde a contestação política deve estar adequada aos contornos da lei, aos limites das participações e denúncias oferecidas aos montes na democracia contemporânea,

sob o reino da variedade de direitos.

Quem deve mostrar estar isenta, quando interpeçada pela ação livre de pessoas livres, e mostrar que está limpa é toda autoridade de Estado da federação. Quem tem que se explicar sobre o assassinato de um professor anarquista, em Roraima, acusado de suicídio inexplicável, são as autoridades estatais!

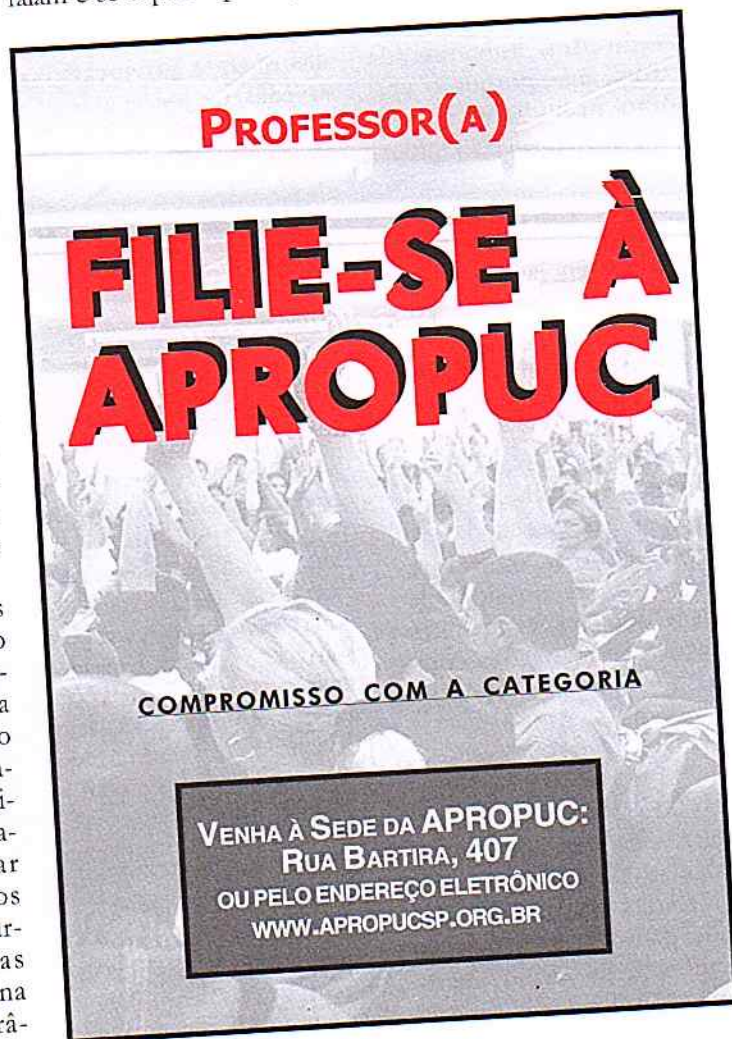
A manifestação livre expõe a ilusão da transparência dos governos.

No anarquismo não há mártires, somente homens e mulheres corajosos que falam e se expõem pela ação

direta, quando a maioria prefere permanecer muda e surda! Anarquistas não querem polícias, nem cárceres, nem propriedades. Isso fica por conta dos liberais e dos revolucionários do socialismo autoritário. Anarquistas não se curvam diante da liberdade dos governantes.

Nem mesmo os pequenos gestos fascistas, pouco noticiados, em nome das leis de exceção do Estado democrático contemporâneo nos sufocarão!

NU-SOL (Núcleo de Sociabilidade Libertária)
www.nu-sol.org



PROFESSOR(A)

FILIE-SE À APROPUC

COMPROMISSO COM A CATEGORIA

**VENHA À SEDE DA APROPUC:
RUA BARTIRA, 407
OU PELO ENDEREÇO ELETRÔNICO
WWW.APROPUCSP.ORG.BR**

MOVIMENTOS SOCIAIS

Comunidade puquiiana se posiciona contra repressão na Uniban

Depois do episódio de machismo e agressão à estudante de Turismo Geysse Arruda, da Uniban, o *PUCviva* recebeu várias moções de repúdio da comunidade puquiiana. Confira a íntegra da moção de repúdio da APROPUC e trechos de outras manifestações de Centros Acadêmicos, grupos políticos e estudantes da PUC-SP:

Centro Acadêmico de Serviço Social

"Cinicamente a Uniban, depois da pressão popular, revogou a expulsão da estudante, não porque reconheceu que feriu os direitos humanos da garota, mas porque o episódio prejudicou a imagem comercial da Universidade".

Centro Acadêmico de Ciências Sociais

"Ao invés de questionar a vestimenta da estudante, os estudantes deveriam questionar a mercantilização do corpo da mulher, e ao invés de culpabilizar as mulheres pelas roupas que usam, devemos questionar os valores impostos na nossa sociedade que levam a manifestações animalizadas como a que presenciamos na Uniban."

Grupo de mulheres Pão e Rosas

"O capitalismo, que fortalece e potencializa todas as formas existentes de machismo, à medida que impõe padrões de beleza às mulheres, de sermos diariamente submetidas a posi-

ções de objeto tendo nossos corpos constantemente vendidos como mais uma mercadoria qualquer, este mesmo sistema impõe que simplesmente por sermos mulheres devemos ser submissas e aceitar (sempre que possível caladas e sem causar muito incômodo) os mais variados tipos de violência. Chegando ao absurdo de que quando são vítimas dessas violências, são apontadas como culpadas!"

Célio Ishikawa (Estudante de Serviço Social)

"Afinal, o machismo, a cultura patriarcal e a ideia de que as mulheres são culpadas quando provocaram o assédio ou estupro existe por aí na nossa cultura."

A Associação dos Professores da PUC-SP vem a público declarar repúdio à atitude autoritária da direção da Universidade Bandeirante de São Paulo - Uniban, que após uma suposta "sindicância" para apurar os fatos envolvendo a agressão covarde e coletiva de mais de 700 pessoas contra uma estudante na semana passada, decidiu que a vítima é culpada e sumariamente a expulsou da universidade. Uma instituição que se diz voltada para a responsabilidade social não deve ser levada a sério quando se mostra conivente com a agressão, o preconceito, o reacionarismo e o sofrimento gerado contra a mulher. A violência de gênero em pleno século XXI demonstra um obscurantismo refletido nos diferentes tipos de intolerância que ainda resistem forte-

Avança projeto para criminalizar homofobia e machismo

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) incluiu um substitutivo ao projeto de lei da Câmara (PLC 122/06) que amplia a punição de atos discriminatórios, aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado. Agora, estão inclusos discriminação por sexo, gênero e orientação sexual. O projeto de Lei anterior previa punição apenas por racismo, religião, ou local de nascença.

Agora, a proposta vai para as comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Cons-

tituição, Justiça e Cidadania e, depois, Plenário do Senado. Se for aprovado, voltará à Câmara dos Deputados, pois foi modificada por senadores.

A medida surge em um momento importante na luta contra a homofobia e pela livre orientação sexual. Recentemente ocorreu um atentado durante a Parada Gay de São Paulo, e a morte de um homossexual por conta de sua orientação sexual.

O repúdio da APROPUC

mente na sociedade.

Essa universidade, infelizmente possuidora desse título por conta da legislação, é um mero fruto do processo de expansão mercadológico implantado pelos diferentes governos federais desde FHC e que continuou com Lula. São empresas lucrativas, que tratam um direito que deveria ser de todos como um serviço a ser prestado. Nesse ponto, os donos da Uniban foram coerentes com o seu propósito mercantil, protegendo seus clientes mesmo sendo eles bárbaros, marginais e vigilantes de uma inquisição que ainda trata a mulher como mercadoria submissa ao homem e a conceitos de moralidade criados pelos intolerantes, incentivadores do machismo, racismos, homofobia e xenofobia.

Esse tipo de violência contra a mulher deve ser combatido duramente por quem luta em defesa

de uma educação pública, gratuita e de qualidade para todos. Uma empresa que é complacente com trogloditas não deve ter moral de se dizer instituição de ensino. A APROPUC se declara solidária à estudante agredida, tanto pelos estudantes fascistas envolvidos inicialmente, como agora pela nova violência cometida pela Uniban. Defendemos a punição de todos os agressores envolvidos nesse lamentável caso, no qual a manutenção do lucro na Uniban com os seus 'clientes' justifica a hipocrisia. Exigimos a suspensão da punição à estudante, a garantia de segurança no ambiente escolar, bem como a reatuação pública da Uniban.

Que a justiça garanta a punição aos estudantes e funcionários envolvidos. Que o MEC garanta punição aos donos da Uniban.

Manifestação na USP mostra a falta de democracia na universidade

Estudantes, professores e funcionários da USP impediram a entrada dos conselheiros na sessão do Conselho Universitário na Reitoria, onde ocorria o segundo turno das eleições para reitor. A manifestação, no dia 10/11, denunciou a falta de democracia numa das maiores universidades do Brasil.

As eleições foram transferidas para o Memorial da América Latina, no dia 11/10, longe da universidade. Quatro horas antes da votação, no entanto, o local estava cercado por policiais militares que impediram os manifestantes de chegar ao local de votação. As eleições ocorreram ao mesmo tempo em que as manifestações e apontaram o seguinte resultado: Gláucius Oliva, 161 votos, João Grandino Rodas, 104 votos, Armando Corbani Ferraz, 101 votos.

FUNCIONAMENTO DAS ELEIÇÕES

As eleições na USP são indiretas. No primeiro turno votam os 1.641 conselheiros das faculdades, no segundo turno votam apenas 320 conselheiros, num total 100 mil pessoas (86 mil estudantes, 15 mil funcionários e 5 mil professores). Após o segundo turno, são enviados os nomes dos três primeiros ao governador José Serra, que escolhe um para ser o novo reitor.

Pelas regras da universidade, a maioria das pessoas que participam do cotidiano universitário são impedidas de es-

colher o reitor da universidade. Nem os próprios conselheiros possuem esse poder, já que a escolha final é do governador do estado de São Paulo. Os manifestantes tentaram pressionar através de atos e manifestações para que a universidade decida democraticamente quem será seu reitor.

NOVAMENTE, A PM

Mais uma vez a Polícia Militar foi chamada para impedir que a comunidade exerça seu direito democrático de manifestação. Em 6 julho de 2009, a mando de José Serra e da reitora Suelly Vilela, a polícia entrou para coibir de maneira violenta a greve dos funcionários na universidade.

SERRA ESCOLHE SEGUNDO COLOCADO

Na sexta-feira, 13/11, durante o fechamento desta edição, o *PUCViva* apurou que o Governador José Serra escolheu o segundo colocado nas eleições, José Grandino Rodas, diretor da Faculdade de Direito, para ser o novo Reitor da USP.

Desde a ditadura militar, essa foi a primeira vez que o Governador do Estado não escolhe o reitorável mais votado na frágil democracia uspiana.

A última vez que o candidato com maior número de votos não foi escolhido, foi em 1981, quando Paulo Maluf escolheu Antônio Hélio Vieira.

Fórum reflete sobre ensino a distância no país

No dia 11/11, quarta-feira, ocorreu o 1º Fórum de Ensino à Distância (EAD) na Unicamp, com o tema *Faltam professores na Educação Básica, EAD é a Solução?*. Na ocasião, docentes debateram a atual conjuntura do Ensino a Distância no país.

Bernadete Angelina, da UNESCO, abriu as discussões comentando que o número de alunos da educação a distância passou de 24 mil, para 1 milhão, em apenas um ano. "Esse salto é uma questão que está preocupando os educadores. Até porque a taxa de conclusão é em média de 27%", comentou Angelina.

Já Maria Elizabete, do Departamento de Educação da PUC-SP, criticou o fato da EAD ser concebida a partir da negação do ensino presencial. "É preciso levar em conta suas características tecnológicas e limitações, entendendo que não apresentam a solução para todos os problemas". A professora da PUC também criticou a mercantilização do ensino. Para ela, várias empresas, inclusive internacionais, estão querendo se tornar universidades, para utilizar o Ensino a Distância como método. Já que o Brasil é o segundo mercado para edu-

cação, perdendo apenas para a China.

A professora da Unicamp, Ivani Rodrigues, comentou que "nesse momento, a educação à distância reveste-se da mercantilização porque o acordo entre OMC (organização Mundial do Comércio) e Brasil, prevê a educação como serviço". Ela também comentou a dificuldade de diálogo com o governo na questão de um sistema nacional de educação, que já está inclusa à modalidade de Ensino a Distância, sem discussão prévia com a sociedade civil.

O professor Otaviano Augusto, da Física da USP, comentou que seria excelente que discussões como essa, fossem realizadas antes do projeto de expansão das universidades públicas de São Paulo. "Esperamos que outras questões da educação sejam discutidas democraticamente", comentou.

Para ele, também existe um problema estrutural no ensino à distância. "Como fica a Iniciação Científica, o Pós, e as bibliotecas? Sabemos que essas questões estão intrínsecas aos processos do dia-a-dia da universidade", concluiu.

Manifestação contra visita de Shimon Peres

Na quinta-feira, 12/11, no vão livre do MASP, aconteceu uma manifestação contrária a visita de Shimon Peres, presidente de Israel, ao Brasil.

A atividade foi organizada pela Frente em Defesa do Povo Palestino de São

Paulo, que reúne movimentos sociais, organizações não governamentais, associações da sociedade civil e partidos políticos.

Shimon Peres é membro do partido Kadima, que liderou massacre da faixa de Gaza, em janeiro de 2009.

ROLA NA RAMPA

Serviço Social lembra Nadir Kfouri e 40 anos de curso



BARBARA MENGARDO

Platéia assiste ao depoimento de Nadir Kfouri

Na sexta-feira, 13/11, o público presente ao evento que marcou os 40 anos do curso de Serviço Social aplaudiu a entrevista histórica com a ex-reitora da PUC-SP, Nadir Gouveia Kfouri, cedida dias após a invasão da universidade pela polícia na época da ditadura militar. Nadir foi homenageada com depoimentos de ex-orientandos, ex-colegas e com um vídeo, produzido por suas sobrinhas. A homenagem

emocionou os presentes por mostrar o amor que a ex-reitora sentia pela PUC. Já nos dias 16 e 17/11, ocorrerá o Seminário do Congresso da Virada, organizado pelo CFESS e CRESS-SP, que discutirá o congresso de 1979. Aqueles que não puderem acompanhar o Seminário, que já tem as inscrições esgotadas, poderão acompanhar a transmissão ao vivo, em tempo real, na página da CFESS (www.cfess.org.br).

NU-SOL organiza lançamento de livro

No dia 18/11, às 19h, no Museu da Cultura, será realizado o lançamento do livro *Introdução à Soma: uma terapia anarquista*, de João da Mata. Durante o evento

haverá um debate, que além da presença do autor do livro, terá Edson Passetti e Gustavo Simões. Também haverá projeção do filme *Bigode*.

Pinacoteca homenageia Marighella

O Memorial da Resistência de São Paulo apresenta a exposição Marighella, em memória aos 40 anos da morte do guerrilheiro comunista. A mostra, que busca traçar o perfil e a trajetória de vida de Carlos Marighella, é composta por cartas, livros, ima-

gens de arquivo, iconografia variada, depoimentos, além de textos do próprio Marighella. O evento ocorre entre os 7/11 e 7/02. A Estação Pinacoteca fica no largo General Osório, 66, e fica aberta de terça a domingo, das 10 às 18h.

Mostra Fotográfica do CARI

Até o dia 20/11, a comunidade puquiiana pode conferir a I Mostra Fotográfica Amadora do CARI (Centro Acadêmico de Relações In-

ternacionais), no Museu da Cultura, das 14 às 19h. O tema da exposição é *Esquinas do Mundo - em qual canto você vive*.

Semana de Arte Modesta "interdita" a PUC-SP

Entre os dias 16 e 19/11 será realizada a 13ª Semana de Arte Modesta, com o tema *Em Obras - últimos momentos*, organizada por estudantes de vários cursos da PUC-SP. Serão expostos trabalhos em diferentes espaços da universidade e nas diversas linguagens artísticas: performance, teatro, dança, música, fotografia, grafite, desenho, pintura, poesia, vídeo, entre outras. O espaço será aberto para debates, oficinas, apresentações, festas, mostras, sa-

raus e tudo da forma mais pública possível. A intenção da Semana é publicar trabalhos independentes, repensando o espaço da universidade que está cada vez mais cercado a liberdade e a autonomia da comunidade. Na sexta-feira, 13/11, foi realizado uma pré-estréia, com grupos de dança e performance. A programação completa da Semana está disponível no site do Centro Acadêmico Benevides Paixão www.cabenevidespaixao.wordpress.com.br.

Eleições no Centro Acadêmico de Direito

O grupo Construção Coletiva, formado por estudantes de todos os anos de Direito da PUC-SP venceu o os dois turnos das eleições para o Centro Acadêmico 22 de Agosto e tomará posse no dia 13/12. No segundo turno, o grupo obteve

aproximadamente 677 votos (55% válidos) contra 556 votos (46%) da chapa Áporo. Já no primeiro turno haviam vencido por 525 votos (45,8%), contra 373 votos (32,5%) da chapa Áporo e 249 votos (21,7%) da chapa Novação.

Inscrições abertas para Simpósio sobre futebol

O Departamento de Antropologia da PUC-SP, Departamento de História da USP e o Museu do Futebol irão realizar o 1º Simpósio de estudos sobre o futebol, com o

tema *Futebol, sociedade e cultura: pesquisas e perspectivas*. As inscrições de trabalhos estão abertas até o dia 30/11, na página virtual www.museudofutebol.org.br.

USP recebe historiador inglês

No dia 17/11, no Auditório de Cultura Japonesa da USP, será realizado o debate *Crise do Capital e perspectivas do socialis-*

mo, com a presença de Perry Anderson, Emir Sader e Flávio Aguiar. A mediação fica por conta de Ruy Braga.

Seminário debate lei Maria da Penha

O Coletivo Feminista Dandara, da Faculdade de Direito da USP, organiza o Seminário *Lei Maria da Penha: quando o*

Estado mete a colher. O evento ocorrerá entre os dias 16, 17 e 18/11 na Faculdade de Direito São Francisco.

Em asse
na quarta-f
professores
sede da AP
ção da categ
ao corte de
trativas, efe
sad (Conse
tração).

Confor

nossa ediç

liberação

Consadest

rie de cort

nistrativas

olentamer

da PUC-

prelimina

que mais

tratuais

caso o C

na não a

revisão

unidade

Segu

entidade

APRO

pela rev

cortava

ras aca

vas, p

discus

da aos

P

en

an